

Campanhismo, modelo e função social: o caso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário CADES (1953-1969)

Campanhismo, model and social function: the Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education (1953-1969)

Campanhismo, modelo y función social: el caso de la Campaña para el Mejoramiento y Difusión de la Educación Media (1953-1969)

George Fredman Santos oliveira¹ , Alexandre Fernandez Vaz² 

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Autor correspondente:

George Fredman Santos Oliveira

E-mail: george.fredman@ufsc.br

Como citar: Oliveira, G. F. S., & Vaz, A. F. (2023). Campanhismo, modelo e função social: o caso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário CADES (1953-1969). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e18891. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18891>

RESUMO

O texto do artigo a seguir reflete sobre o fenômeno do *campanhismo* no Brasil, empregando como paradigma do campo educacional a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) entre os anos de 1953-1969, resultado da pesquisa a respeito do tema, utiliza-se da análise de fontes documentais dessa campanha, textos historiográficos, sociológicos e dados do IBGE. O presente texto examina o modelo e a função das campanhas num mapa cognitivo característico do período da Guerra Fria, do desenvolvimentismo e do governo militarizado desde o golpe de 1964 na formação de professores para o ensino secundário no Brasil. Aponta igualmente que o modelo do *campanhismo* se adapta ao mapa cognitivo de forma a ser uma expressão do tempo, e a CADES como uma materialização de uma política pública para a formação emergencial de professores do ensino secundário de forma exemplar dentro do modelo.

Palavras-chave: Ensino médio. Formação de professores. História da educação. Sociologia da educação.

ABSTRACT

The paper reflects about the phenomenon of *campanhismo* in Brazil, taking as a paradigm in the educational field the Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education (CADES) between the years 1953 and 1969. The sources are documents of this Campaign, historiographical, sociological texts and IBGE data. It examines the model and function of campaigns as a cognitive map characteristic of the Cold War period, Developmentalism and Brazilian military government since the 1964 coup in the training of secondary school teachers. The paper also shows how the

campaign model adapts to the cognitive map in order to be an expression of the *Zeitgeist*, and CADES as a materialization of a public policy for emergency teacher training in an exemplary way within the model.

Keywords: High school. History of education. Teacher training. Sociology of education.

RESUMEN

El artículo reflexiona sobre el fenómeno del *campanhismo* en Brasil, tomando como paradigma en el campo educativo la Campaña para la Mejora y Difusión de la Educación Secundaria (CADES) entre los años 1953-1969. Utiliza fuentes documentales de la Campaña misma, textos historiográficos, sociológicos y datos del IBGE, examinando el modelo y la función de las campañas en un mapa cognitivo característico del período de la Guerra Fría, del Desarrollismo y del gobierno militarizado en Brasil, desde el golpe de 1964 en la formación de profesores de la preparatoria. El texto muestra también cómo el modelo del *campanhismo* se adapta al mapa cognitivo para ser una expresión del tiempo, y el CADES como materialización de una política pública de formación docente emergencial, de manera ejemplar dentro del modelo.

Palabras-clave: Escuela secundaria. Formación de profesores. Historia de la educación. Sociología de la educación.

INTRODUÇÃO: UM PEQUENO MODELO COGNITIVO¹

Na primeira metade do século XX, as teorias socioeconômicas fomentaram a discussão sobre, e até que ponto os governos deveriam interferir na economia (Bresser-Pereira, 2006). Getúlio Vargas, eleito no ano de 1950 para o seu segundo mandato representa a vertente da participação do Estado na instalação das indústrias de base. Juscelino Kubitschek (JK) assume a presidência (também por meio de eleições, garantidas pela intervenção do general Henrique Lott contra um possível golpe após uma breve crise provocada pelo suicídio de Vargas em 1954), representando a abertura da economia para o capital internacional, indústrias multinacionais com estímulo ao investimento privado, empréstimos internacionais pareados com dívida externa e inflação crescentes. João Goulart (Jango), vice-presidente no governo anterior de JK, assume a presidência do Brasil em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros, com quem governava na, novamente, condição de vice-presidente; a posse, outra vez ameaçada, conta amiúde com a manifestação do ex-general Henrique Lott, no que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade.

Nesse grande cenário, a educação, para adaptar a população à nova realidade de modernização nos ambientes de trabalho que passam a necessitar de habilidades alinhadas à demanda de infraestrutura que se implanta no país, adota o modelo da campanha, tradicionalmente eleito pelas políticas e programas de governo naquele século, alcunhado de *campanhismo*² (Pinto, 2008; Xavier, 2008).

O modelo campanhista – influenciado por interesses agroexportadores no início do século XX – baseou-se em campanhas sanitárias para combater as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, implementando programas de vacinação obrigatória, desinfecção dos espaços públicos e domiciliares e outras ações de medicalização do espaço urbano, que

¹ O presente artigo apresenta, analisa e discute alguns dos resultados da pesquisa de mestrado defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Catarina sob o título A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina.

² São alguns exemplos a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (CAEC) criada pelo Decreto nº 35247 do ano 1954 a cargo da Diretoria do Ensino Comercial (DEC); a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) instituída pelo Decreto nº 38955 de 1956, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) instituída pelo Decreto 29741/5 de julho de 1951, esta última tendo como secretário geral em sua criação Anísio Teixeira.

atingiram, em sua maioria, as camadas menos favorecidas da população. Esse modelo predominou no cenário das políticas de saúde Brasileiras até o início da década de 1960. (Corrêa Matta & Morosini, 2022)

Em *A administração pública Brasileira e a educação*, texto publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) nº 61, de 1956, Anísio Teixeira celebra como tal medida descentralizadora a favor da autonomia escolar e da escolarização da sociedade em oposição à natureza funcionalista e burocrática incorporada na administração governamental Brasileira com o Estado Novo, prospera como uma medida do bom senso Brasileiro introduzida na cultura administrativa do país daquele momento: “o movimento pelas autarquias e campanhas vem constituindo a reação do bom-senso Brasileiro a esse estado de coisas” (Teixeira, 1956). Intérprete importante da educação Brasileira e representante do setor educacional progressista nas décadas de 1950 e 1960, e, de certa forma, do otimismo que caracteriza a narrativa educacional dos anos cinquenta, com o mapa cognitivo³ incorporado pela geopolítica da ocasião Anísio Teixeira, descreve, emblematicamente, o que as campanhas representaram no campo da educação:

A escala e urgência do problema de formação do magistério

Ao mesmo tempo que desejamos acentuar, primariamente, esse aspecto, cumpre-nos reconhecer que a necessidade nacional de preparo do magistério é de grande escala e de imensa urgência, ante o crescimento vertiginoso e avassalante do sistema escolar em todos os seus níveis. Essa conjuntura, que é a de fazer o difícil e fazê-lo em grande escala e depressa, obriga-nos a planejar a *formação do magistério no Brasil em termos equivalentes aos de uma campanha para formação de um exército destinado a uma guerra já em curso*. Isso deve forçar-nos à mobilização de todo o sistema escolar para o ataque ao problema de formação de um magistério em ação, associando seu treinamento à prática mesma no ensino. *Será, para manter a comparação com a necessidade bélica, um treinamento em serviço, um treinamento em batalha*. Ora, a primeira necessidade da guerra é a de um estado-maior com a capacidade de estudo e decisão acertada. As escolas de educação avançadas, ou seja, pós-graduadas, são esses estados-maiores, que juntarão capacidade de estudo de ação para ajudar a realização com êxito da batalha do ensino. (Teixeira, 1969)

A literalização da metáfora no texto anisiano é, ela própria, a *coexpressividade* de um tempo. Anísio Teixeira reflete sobre a formação do professor e sua profissionalização, com o que se assemelha a um libelo de guerra: a Escola de Educação se organizaria como uma corporação militar na qual as pessoas são formadas e treinadas para formar e treinar outras pessoas. As questões de fundo tocadas pelo texto passam pelas concepções de ciência pura (ou desinteressada) e ciência aplicada em disputa nas objetivações construídas pela intelectualidade que havia alçado à arena pública desde a Primeira República, os objetivos de uma educação científica que alcance e ofereça forma à cultura nacional, e, conseqüentemente, pela formação daqueles que serão os reprodutores de tal objetivo e forma. A metáfora do *bellum* não é gratuita, carregada do campo semântico militar os termos planejamento, estratégia, tática, operação e campanha para a literacia administrativa, consolidam-se nos anos que se seguirão.

³ A geopolítica da segunda metade do último século se movimentou em torno da Guerra Fria, a divisão do mundo em dois: capitalista e comunista, materializada no muro de Berlim; à geopolítica instaurada pelos conflitos latentes e efetivos que cromatizaram o mapa mundial e levaram ao nascimento das repúblicas socialistas, corresponde um mapa mental, cognitivo; uma geopolítica cognitiva no final das contas, expresso na alegoria bélica presente nos textos/fontes daquelas décadas.

A CADES COMO UM PARADIGMA

Essa moldura esboçada até aqui está a serviço da navegação que se fará daqui em diante entre o polinômio *campanha-formação docente*. Uma campanha em particular, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), num recorte temporal específico: as décadas de cinquenta e sessenta do século XX (Scheibe, 1983; Pinto 2008; Xavier, 2008).

A CADES é um produto do governo Vargas, criada pelo Decreto nº 34638, de 17 de novembro de 1953:

Art. 1º Fica instituída, na Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).

Art. 2º Caberá à Campanha promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à elevação do nível e à difusão do ensino secundário no país, tendo por finalidade: tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social. possibilitar a maior número de jovens Brasileiros acesso à escola secundária. (Decreto nº 34638, 1953)

Mas qual era o problema que a CADES devia enfrentar? Ao se ler o seu decreto instituidor, pode-se dizer que, de forma sintética, para o ensino secundário são problemas de três ordens: quantitativa, qualitativa, pragmática (ou funcional); como ilustrado na citação anterior de Anísio Teixeira (1969), “fazer o difícil e fazê-lo em grande escala e depressa”. Exceto aquelas e aqueles que tiveram passagem pelos cursos normais e institutos de educação, uma parte considerável dos professores do secundário da ocasião não possuía as bases de uma formação pedagógica (Mendonça, 2008; Pinto, 2008; Xavier, 2008), provenientes que eram das mais diversas profissões e formações (tarefa qualitativa); as(os) normalistas quantos os outros profissionais à frente da sala de aula nos ginásios e colégios secundários eram muitos (tarefa quantitativa), de forma que a Campanha se valeu dos mais diversos recursos (tarefa pragmática) possíveis para chegar à escola secundária: cursos, concursos, publicações, bolsas de estudo, financiamento de material didático, aparelhamento escolar.

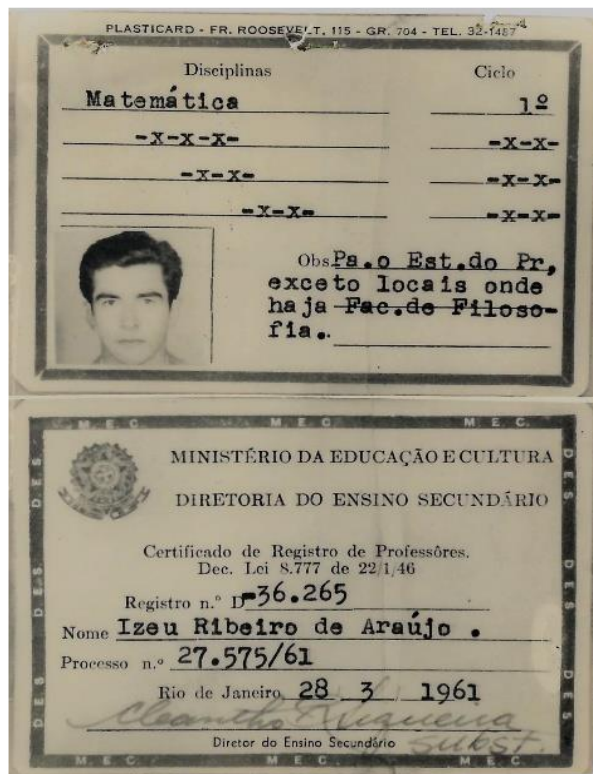
O Decreto que cria a CADES informa que essa campanha se destinava ao preparo dos professores dos ginásios e colégios que trabalhassem na condição de não-licenciados pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs) por meio de cursos de treinamento em regime emergencial, os quais concluídos conferiam ao participante: primeiramente a autorização para lecionar no ensino secundário pelo período de um ano (esse período seria considerado treinamento em serviço); em seguida, ao fim e após a frequência em um segundo curso de orientação os professores poderiam prestar o exame de suficiência previstos no artigo 9º do Decreto-Lei nº 8777, de 22 de janeiro de 1946, para pleitear o registro definitivo de professor secundarista (Decreto-Lei nº 8777, 1946).

Os exames de suficiência, imbuídos do mapa cognitivo da caserna, se prestavam ao *recrutamento* de professores para ocupação dos postos de trabalho nos ginásios e colégios, respectivamente o primeiro e segundo ciclos do ensino secundário e das ramificações profissionalizantes do então ensino do segundo grau em vigor com as Leis Orgânicas editadas por Gustavo Capanema quando ocupou o cargo de ministro da educação nos governos varguistas (Dallabrida, 2014; Dallabrida & Souza, 2014).

O Artigo 4º desse Decreto-Lei oportunizava a concessão de tal registro, aos interessados que, por meio de requerimento, se submetessem e fossem aprovados no exame de suficiência. A concessão de registro, por essa via, era permitida apenas aos candidatos que se destinassem a exercer o magistério da(s) disciplina(s) escolhida(s) por eles, nas regiões onde não houvesse docentes diplomados por Faculdade de Filosofia, ou onde a quantidade destes fosse

insuficiente para atender à demanda do estabelecimento de ensino que desejasse contratá-lo. Assim, o registro de tais candidatos era emitido com nota de validade exclusiva para a localidade ou região na qual ele poderia exercer o magistério, entretanto, havia o direito de transferência para outra localidade ou região, mediante substituição do registro (Lopes & Souza, 2018).

Imagem 1: Cópia da carteira de registro de professor contendo os dados do titular, a disciplina e o ciclo ao qual está autorizado a lecionar.



Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

Os exames de suficiência conjugavam a avaliação e o controle institucional sobre o professorado que almejasse se candidatar à vaga de professor no ensino secundário, constituía-se num procedimento emergencial descentralizado de recrutamento em vista de uma observância do ordenamento centralizado: a regra era única, os locais e modos de aplicar os exames eram diversos. Era uma forma do governo da ocasião mensurar e estandardizar quem são e onde estão os seus recrutados, o que não significava que não houvesse brechas, conforme relata Jayme Abreu (1955).

Para ser provido nesse magistério de emergência, que é ainda numeroso, não há exigência quanto à prova de competência do professor, que pode ir lecionando desde que apresente atestados de saúde, de idoneidade moral e de idade mínima de vinte e um anos. Durante um, e às vezes mais anos, ficam esses professores aguardando as provas de suficiência. Se são inabilitados, o que às vezes acontece, contrata o colégio novos professores, nas mesmas condições, para aguardar as ditas provas e assim, frequentemente, essa tentativa de seleção se reduz a uma série de fracassadas experiências em detrimento do ensino. Em consequência dos vícios da distante centralização do Ministério e da ineficácia da inspeção do ensino, há casos assinalados de burla, em que professores registrados no Ministério dão apenas o seu nome aos documentos da vida escolar enviados à Diretoria do Ensino Secundário (DES) e os que ensinam são outros (Abreu, 1955).

Uma marca distintiva das ações governamentais sob o verniz do adjetivo descentralizador é a necessidade de se apoiar em algum equipamento administrativo que lhes faça materializarem-

se no tempo e no espaço, é o que pode ser visto no caso da Campanha com a Diretoria do Ensino Secundário (DES), parte da estrutura do MEC que veio a existir em 1946 com o Decreto-Lei nº 8.535 (Decreto-Lei nº 8535, 1946) oriunda da conversão das antigas divisões do ensino primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física criadas pela Lei nº 378 de 1937 (Lei nº 378, 1937). Assentada nesse equipamento a Campanha toma forma e função, com o objetivo de reconfigurar a fisionomia dos professores do ensino secundário em torno da concepção de ensino que trafega do dualismo instaurado por Capanema para a eficácia e sentido sociais do mundo industrializado e de consumo que emergia da reconstrução do Ocidente após a Segunda Grande Guerra.

A CADES é inaugurada em 1953 por Armando Hildebrand, então recém diretor da Diretoria do Ensino Secundário, à frente da Campanha em seus primeiros anos encampa a alínea do Decreto nº 34.638 de 1953 que institui a CADES pela qual as inserções consideradas modernização do ensino secundário que não passariam numa legislação como a da década de 1940 por conta de seu hermetismo, ou da LDB de 1961 em razão da presença dos seus defensores, leva a frente “tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social” (BRASIL, 1953). (Oliveira, 2019)

A Campanha e a DES coexistiram num estado de simbiose, até o seu termo (tanto da CADES, quanto da DES), no primeiro ano da década de 1970; de tal forma que a própria Campanha é mencionada com um órgão do governo, descrito pelo professor Geraldo Bastos nos apontamentos que faz à reorganização da DES, a pedido do então Diretor, o professor Gildásio Amado, na reformulação do regimento da Diretoria no ano de 1956:

Diziam respeito, igualmente, a atividades novas de aperfeiçoamento da educação secundária, às quais as Inspetorias Seccionais serviam, em grande parte, de veículos, sendo o seu centro propulsor um outro órgão da Diretoria do Ensino Secundário, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), instituída pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. (Diretoria do Ensino Secundário, 1956)

Desde a publicação da Campanha, a DES envida esforços em formar e recrutar o professorado para os exames de suficiência nos anos 1950, quando em 1963 assume a diretoria da DES o professor Lauro de Oliveira Lima, educador de opinião progressista e renovadora em relação ao ensino secundário, em sua curta passagem como diretor atrai para si a sanha reacionária de segmentos anti-João Goulart entre a opinião pública, até às vésperas do golpe militar de 31 de março de 1964; a CADES alcança todo o território nacional com suas ações, o que pode ser visto na divulgação que se encontra na imprensa periódica da época. Detratado como líder comunista infiltrado no Ministério da Educação e Cultura, no episódio que Daros et al. (2020) denominaram de *a querela das portarias*, Lauro de Oliveira tem cassada a sua função, acompanhada de uma perseguição política do governo autoritário militar que tomara de assalto o poder executivo.

Noutro front da querela das portarias a DES acusava os colégios privados de desobediência às portarias ministeriais (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Os donos de colégios recorreram à justiça contra o congelamento das anuidades de 1964 (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 12) acusando o governo de preparar um assalto à escola pela estatização do ensino e derrubada da iniciativa particular (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 6). Neste interim é dado o golpe; o extremo das tensões políticas levadas a cabo é interpretado pela representação de Lauro de Oliveira Lima como um subversivo, marxista qualificado como o mentor de “toda a trama feita no MEC para [...] tentar intervir e encampar os ginásios e colégios particulares [...] Ele é o

inimigo número um da escola média privada no país”. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 3). Assim, o MEC sofre uma depuração ideológica no dia “[...] 31 de março como a mais poderosa e destruidora agência do comunismo no país. Exonerados Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira, removidos quase todos os inspetores seccionais de tendências marquicistas (sic)” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964 p. 8-9). (Daros et al., 2020, p. 84)

O professor Lauro de Oliveira Lima é sumariamente investigado, julgado e compulsoriamente aposentado, o governo militarizado convocou para reassumir a DES o professor Gildásio Amado, a quem coube colocar ordem na Diretoria do ministério da subversão (“Ministério da Subversão”, 1964). A CADES, enfim, tem prosseguimento no Brasil sem maiores comoções em relação aos episódios do constrangimento político praticados contra intelectuais, educadores, jornalistas, políticos e artistas apontados como comunistas com a deflagração do golpe, levado às últimas consequências pelo o Ato Institucional nº 5-AI5, de 13 de dezembro de 1968.

Para a CADES e para a formação do professor do ensino secundário esta sucessão de eventos não representa pouca coisa. No início dos anos 1970 tanto o modelo do ensino secundário concebido nas leis orgânicas dos anos quarenta que sobreviveu (de alguma forma) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) dos anos sessenta, sofre a sua modificação mais efetiva, os indícios coexpressivos deram os seus sinais enquanto a reforma universitária estava sendo encaminhada (Cacete, 2010; Cunha, 2007; Filho 2004). Na passagem de 1960 para 1970 percebe-se que formar professores tornara-se um negócio lucrativo e uma forma de acumulação primitiva de capital universitário, especialização, divisão social do conhecimento, divisão das forças sociais entre graduados e não-graduados, hierarquização da força de trabalho docente, na qual superar o ensino básico é uma provação e uma seleção para a consagração que se realiza no curso superior. Enquanto o modelo do ensino secundário e binário (dualista) das décadas de 1940 e 1950 favorecia e estava a favor de uma divisão social baseada (além do prestígio do bacharel em filosofia e letras nas palavras de Anísio Teixeira, Jayme Abreu, Valnir Chagas, entre outros pensadores da educação à época) num tipo de autoridade, a autoridade do conhecimento generalista e humanista, cujo modelo de irradiação se consubstanciava nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; as campanhas e reformas diluem e redimensionam aquele conhecimento e autoridade na direção dos moldes do mundo administrado: coordenação, controle, comando, previsão, rotinização, e redução do espectro do conhecimento em profissional de área.

O fenômeno da CADES, inaugurada em 1953, na sua condição de política pública, ação social e concepção educacional, resiste à passagem de nada menos que 11 presidentes e a uma Junta Governativa provisória em 1969:

Quadro 01: presidentes e mandatos durante a execução da CADES 1953-1969

Getúlio Vargas	Café Filho	Carlos Luz	Nereu Ramos	Juscelino Kubitschek	Jânio Quadros	Ranieri Mazzilli	João Goulart	Ranieri Mazzilli	Humberto Castelo Branco	Artur da Costa e Silva	Junta Governativa Provisória de 1969
1951 - 1954	1954- 1955	1955	1955 - 1956	1956 - 1961	1961	1961	1961 - 1964	1964	1964 - 1967	1967 - 1969	1969

Fonte: dos autores, 2022.

Dentre as situações que envolvem esses mandatos presidenciais há um suicídio, duas eleições gerais, uma renúncia, duas tentativas frustradas de golpe e um golpe efetivo. Três diretores passaram pela DES, todos chegaram ser exonerados e um reconduzido.

Quadro 02: Diretores da Diretoria do Ensino Secundário 1953-1968

Armando Hildebrand	Gildásio Amado	Lauro de Oliveira Lima	Gildásio Amado
1953 - 1956	1956 - 1963	1963 - 1964	1964 - 1968

Fonte: dos autores, 2022.

A passagem de ministros da educação pela pasta ainda é maior (no quadro abaixo não foram considerados todos os interinos).

Quadro 03: Ministros da educação durante a execução da CADES 1953-1969

Pedro Calmon	Ernesto Simões	Antônio Balbino	Edgar Rego Santos	Cândido Mota Filho	Abgar de Castro	Clóvis	Calmon Muniz de	Pedro Paulo Penido	Brígido	Antônio Ferreira	Roberto Tavares de	Darcy Ribeiro	Theotônio	Paulo de Tarso	Júlio	Luís Antônio	Flávio Suplicy de	Pedro Aleixo	Raymundo Augusto	Guilherme	Tarso de	Jarbas Passarinho
1950 - 1951	1951 - 1953	1953 - 1954	1954	1954 - 1955	1955 - 1956	1956	1959 - 1960	1960	1961	1961 - 1962	1962	1962 - 1963	1963	1963	1963 - 1964	1964	1964 - 1966	1966	1966	1966	1967	1969 - 1974

Fonte: dos autores, 2022.

A evidência da fragilidade institucional na governança Brasileira seria a explicação mais rápida e simplista para estes quadros, mas com relação à CADES, como se explica a sua relativa persistência face a tantas mudanças, algumas aplicadas de forma bastante violenta, diga-se de passagem? Atravessando o pensamento de Florestan Fernandes (1976) e Raymundo Faoro (2001) o que se percebe é que, apesar da mudança nos quadros que compõem o estamento burocrático (ou mesmo do chefe do executivo) os propósitos da CADES prosseguem; apenas com a mudança brusca do formato do ensino médio em 1971 para ensino de segundo grau (Lei nº 5692, 1971) que, em alguma medida, foi fortalecida pela reforma universitária de 1968 (Lei nº 5540, 1968) a Campanha se extingue. Os motivos da sua extinção neste caso são mais perceptíveis que os de sua duração. Faoro e Fernandes em suas reflexões, próximas aos eventos daquelas décadas inclusive, de diferentes formas detectam que há a presença de uma camada estamental no modelo capitalista que se desenhava no Brasil. Respeitadas as nuances de cada autor, seja a serviço da coexistência dos traços patrimonialistas numa ordem capitalista (Faoro, 2001) ou a serviço da instauração de uma ordem social competitiva (Fernandes, 1976), ambos ancorados no passado colonial, a situação da CADES é um paradigma, no sentido forte do termo.

Toda a oscilação burocrática do período que abarca a Campanha impacta, mas não a retira dos trilhos, porque a CADES se prestava a um objetivo mais ou menos comum perseguido pelos agentes em questão: remover o ensino secundário dos umbrais clássicos nos quais se encontrava inscrito nas Leis Orgânicas da reforma Capanema (Dallabrida, 2014; Dallabrida & Souza, 2014). Diante mesmo das divergências administrativas e ideológicas entre os que passaram pelos quadros governamentais no período, o agente da vez não a boicotou, e é neste sentido que se fala de uma força estamental que desfruta de uma certa autonomia e impessoalidade em relação à campanha, ou seja, a CADES não se reduziu a projeto de um só. Não se afirma com isto que as indicações dos postos de mando não seguissem o clientelismo do mandatário (traço patrimonialista) ou que o modelo de ensino secundário perseguido não fosse para favorecer a ordem social competitiva em que o projeto desenvolvimentista desenhado no Brasil se acomodava; afirma-se, outrossim, que consideradas essas características a campanha conseguiu catalisar as forças burocráticas e autocráticas do Executivo Federal em momentos críticos que se contrapuseram até o limite da

profissionalização e terminalidade compulsória que caracteriza o governo instaurado pelo golpe de 1964.

Algumas dificuldades, obviamente, eram anteriores à CADES, e a forma tradicional como o problema foi encarado e respondido oculta um ponto medular que nem a própria Campanha e as reformas educacionais que a ladearam na ocasião seriam capazes de solucioná-lo, ou melhor, alguma solução foi dada, igualmente de forma tradicional, não pelas campanhas e somente em parte pelas reformas. Enquanto as táticas das políticas educacionais públicas da ocasião foram mobilizadas para fazer o difícil, em grande escala e depressa, a solução para a formação do professor do ensino secundário estava sendo providenciada nos debates que envolviam os destinos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e as Faculdades de Educação, cujo arremate se dará na reforma universitária no ano de 1968 (Celeste, 2004; Filho, 2004).

RESULTADOS

Ao se tomar o neologismo *campanhismo* como um modelo e função social para as políticas em educação no Brasil dos anos 1950 e 1960, utilizando-se a CADES como um paradigma dentro deste modelo, constata-se como tal modelo e função social representam o espírito de um tempo. A saber, em primeiro lugar um mapa cognitivo que se deixa contagiar pela semântica bélica, à qual a etimologia da palavra *campanha* é tributária.

Um permanente estado de guerra e urgências de todas as ordens coordenaram as políticas em educação, e ao que aqui se reflete: a formação docente para o ensino secundário naquelas décadas, o que revela não apenas a pressa, como menciona Anísio Teixeira no texto introdutório deste artigo, mas também a carência, a ausência de concepções duradouras e consistentes em políticas de formação de professores num Estado democrático de direito. Uma campanha é algo sempre pensado para funcionar de modo emergencial, temporário e precário. A rigor, cessadas as causas de sua implantação, a campanha se exaure; a campanha cumpre sua função até que não seja mais necessária, uma batalha ou uma guerra em algum momento tem um fim e um vencedor.

Este estado tácito de guerra, experimentado igualmente pelo clima da Guerra Fria à ocasião torna a campanha o modelo “adequado” ao mapa cognitivo. A plataforma desenvolvimentista adotada na governança Brasileira naquelas décadas, cobra do campo educacional o seu pedágio modernizador. Formar os recrutas professores para o ensino secundário àquela altura entraria em crise, junto com a crise do modelo do ensino secundário humanista da fórmula dos anos 1940 com Capanema, junto com a crise das Faculdades de Filosofia; por fim, quando a década de 1960 acaba, acabam-se igualmente o ensino secundário, as FFCLs e a formação oferecida pela CADES, sem vencedores e sem pôr fim à guerra.

No caso do ensino secundário, por sua extinção pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 ao transformar todo o ensino (passando a se chamar de segundo grau), em ensino profissionalizante; no caso do ensino superior pela reforma universitária com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 que matou os projetos das FFCLs como núcleos irradiadores acadêmicos da cultura e das ciências no país. O mapa cognitivo bélico se materializa, enfim, com o golpe de 1964, no qual poder-militarização-governo-economia se enfronham num permanente estado de transe social no qual se espera um milagre, o milagre econômico, reduz os projetos formativos educacionais à manutenção da ordem (Nunes, 1980; 2000). A CADES, nesse cenário, conforme o relatório do professor Gildásio Amado na diretoria DES comunicou que, no ano de 1966, contou com a participação 15.497 professores nos cursos de aperfeiçoamento, desta forma distribuídos: 1.100 professores nos cursos de qualificação de 120 dias; 4.148 professores previamente qualificados em 138 cursos e 604 estágios de aperfeiçoamento com duração entre 1 e 8 meses; 9.645 professores nos cursos com um mês de duração (Amado, 1966).

Confrontando os números da DES em 1966 com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Anuário Estatístico dos anos de 1967 e 1968, vê-se que foram conferidos 14.086 registros para professores do Ensino Secundário (Anuário Estatístico, 1967), segundo o mesmo anuário o número total de professores do ensino secundário recenseados no país em 1966 foi de 99.665 (Anuário Estatístico, 1967); na Diretoria do Ensino Superior o anuário informa o registro de 14.506 diplomas de todos os cursos de graduação recenseados naquele ano (Anuário Estatístico, 1967), dos quais 5.721 correspondem aos diplomados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Anuário Estatístico, 1968), conforme os dados do anuário estatístico de 1968. O número total de diplomados pelas FFCLs representa 39 % do universo de diplomados para se tornarem professores no ensino secundário naquele ano; mas é curioso perceber a frequência entre os números: a quantidade total de professores que frequentaram os cursos da CADES em 1966 é próxima à quantidade de professores que obtiveram o registro profissional para o ensino do segundo grau: 15.497 e 14.086, respectivamente; valores que por sua vez também são próximos à quantidade de formados em todos os cursos de graduação do país, 14.506; numa dedução direta depreende-se que a quantidade de professores atuantes no ensino secundário de então são majoritariamente egressos de cursos alienígenas às FFCLs, entre 60 % e 70% aproximadamente, o que não é pouco, e cujo quantitativo no relatório do professor Gildásio Amado, indicou ser levemente superior; mas se a relação é levada para quantidade total professores do ensino secundário recenseados a desproporção é grande, 15.497 professores que passaram pelos cursos da CADES representam no universo de 99.665 professores em atividade no ano de 1966, 15% do total de professores do ensino secundário, os demais 85% da composição do censo perfazem toda sorte de situação: egressos das FFCLs, egressos de outros cursos superiores, egressos dos cursos normais e os egressos das CADES dos anos anteriores, e esta métrica muda a cada ano à medida que mais ginásios e colégios foram abertos nos países. A guerra, em todo caso, é inglória.

CONCLUSÃO

O *campanhismo* não funciona como modelo apenas porque calha ao administrador, mas também porque se projeta como uma palavra de ordem num determinado estado de coisas. Convoca governantes e governados à ação, possui apelo carismático; sair em campanha é sair para o enfrentamento de algo muito objetivo e claro. Ao publicar a campanha o agente político, ou o social, declara que existe objetivamente um resultado a ser alcançado pela coletividade, não se sai em campanha sozinho, mas ao lado de quem for convocado para batalha; daí o outro aspecto do mapa cognitivo relacionado à campanha: ela tem que ser divulgada, publicizada, tem que ser vista, possui um caráter militante, prescreve o engajamento. É o que se vê com as campanhas que acontecem no Brasil naquele período, frequentemente lembradas nos periódicos impressos à época, com farta propaganda.

Como *forma burocrática* e *forma de ação* simplifica os processos. Para se fazer o difícil, fazê-lo depressa e em grande escala, a campanha tende a descomplexificar os processos, para deixá-los mais acessíveis ao exército de executores que vão colocá-la em prática. De tal forma que a campanha quase que se transforma numa estratégia-fim em si mesma: as mediações do planejamento à ação são encurtadas para que a ação aconteça com maior protagonismo que o planejamento, este último restrito a linhas muito gerais e concentrado nas mãos de poucos gestores, que por fim tendem a se fixar mais nos resultados que nos processos em vista de alguma reformulação. Dizer que o *campanhismo* descomplexifica os processos não equivale dizer que o *campanhismo*, enquanto objeto histórico e social não seja um objeto complexo. Como pode ser visto no caso da CADES, a sua persistência e seus feitos adquirem um caráter paradigmático porque foi uma campanha que funcionou nos termos de uma política educacional propriamente dita, ao

ponto de ser citada nos documentos que a sucedem como fundamento para outras formulações e manter o fôlego em meio ao embate político que atravessou.

O campanhismo é uma forma sem conteúdo. Qualquer ação de curto e médio prazo pode ser apropriado como uma campanha. Não há uma regra ou tutorial estrito para se criar uma campanha, o procedimento é ditado pelo resultado a ser alcançado. Não à toa o seu uso se estende desde um projeto eleitoral a um projeto em saúde, ou seja: a campanha é adaptável, é móvel, se conjuga com qualquer adjetivo sem que isto lhe traga algum prejuízo.

A forma campanha admite variados conteúdos, recorrente nas administrações estatais nas esferas federal, estadual e municipal como expediente de implementação de políticas públicas, aparece nas ações de saúde, educação, frentes de trabalho, imigração, entre outras. A sua execução pode assumir o formato informativo, formativo, operacional, ou conjugar estes formatos de acordo com o objetivo a ser alcançado. Está presente também nas iniciativas das instituições privadas cujos fins podem ser o assistencial, doutrinal, político a exemplo das campanhas da fraternidade promovidas pela igreja católica no Brasil, as campanhas de assistência material promovidas pelas associações espíritas, as campanhas eleitorais nos períodos que antecedem as votações. Os exemplos se multiplicariam, o que torna esta forma de ação, em especial a forma de ação enquanto política pública educacional um objeto de estudo com muitas possibilidades de interpretação. A plasticidade da forma campanha é que possibilita a sua assunção persistente até os dias de hoje. (Oliveira, 2019)

Por fim, como modelo e função social, a campanha é uma forma perene para uma ação social transitória. Criada para ter uma vida breve, como forma e função social, conforme lembrado na última citação, ainda é possível ser encontrada nos dias hoje sob as mais variadas aplicações e roupagens. Dela se servem os mais variados agentes para os mais variados fins, a campanha quando adjetivada para vir a existir, como a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, o caso paradigmático escolhido para este artigo existe no tempo e no espaço com um propósito; mas como forma e função social a campanha sem adjetivos é atemporal, a ela recorrendo qualquer agente social em busca de fazer o difícil e fazê-lo em grande escala e depressa!

Contribuições dos Autores: Oliveira, G. F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Vaz, A. F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Agradecemos ao CNPq pelo financiamento do projeto 312749/2021-0.

REFERÊNCIAS

Abreu, J. (1955). A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 23(58), 39-84.

Bresser-Pereira, L. C. (2006). O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Texto para discussão EESP/FGV, 157. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>

Cacete, N. H. (2014). Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. In: *Anais do oitavo Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Educação e pesquisa*, 40(4), 1061-1076.

Celeste Filho, M. C. (2004). A reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, 7, 161-188.

Cunha, L. A. (2007). A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Unesp.

Corrêa M. G., & Morosini, Márcia, V. G. (2009) Atenção à saúde. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz.

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html#:~:text=O%20modelo%20campanhista%20E2%80%93%20influenciado%20por,domiciliares%20e%20outras%20a%C3%A7%C3%B5es%20de>.

Dallabrida, N. (2014). O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino Secundário na década de 1950. *Perspectiva*, 32(2), 407-427.

Dallabrida, N., & Souza, R. F. (2014). Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). Uberlândia: EDUFU.

Brasil. (1946). Decreto-Lei Nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. . Diário Oficial da União, Brasília.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Brasil. (1946). Decreto-Lei nº 8.535 de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. . Diário Oficial da União, Brasília.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8535-2-janeiro-1946-416422-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1953). Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Brasília. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Brasil. (1968). Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-norma-pe.html>.

Brasil. (1961). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-1-pl.html>.

Brasil. (1968). Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Brasil. (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Faoro, R. (2001). Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo. <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>.

Fernandes, F. (1976). A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2ª Rio de Janeiro: Zahar.

Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário estatístico do Brasil. Departamento de Divulgação Estatística, Fundação IBGE. (n.d.) <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>.

Lopes, M. H. S., & Souza, L. A. D. (2018). O Exame de Suficiência para “recrutamento” de professores para o ensino secundário. *Interfaces da educação*, 9(27), 104–131.

- Mendonça, A. W. & Libânia N. (2008). Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep, MEC dos anos 1950-1960. INEP. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/por-uma-politica-de-formacao-do-magisterio-nacional-o-inep-mec-dos-anos-1950-1960>
- Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. (1956). Regimento da Diretoria do Ensino Secundário. PROEDS/UFRJ, Acervo de Gildásio Amado
- Ministério da Educação. Diretoria do Ensino Secundário. (1966). Relatório de atividades da Diretoria do Ensino Secundário do triênio 1964-1966. PROEDS/UFRJ. Acervo de Gildásio Amado.
- Diário de Notícias. (1964). Ministério da Subversão. 34 (12693). p. 04. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- Nunes, C. (1980). Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Nunes, C. (2000). O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*. 14, 35-60.
- Oliveira, G. F. S. (2019). A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) no estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214753>
- Pinto, D. C. (2008). Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida. In: Mendonça, A. W., Xavier, L. N.. Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950-1960, 145-177. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/por-uma-politica-de-formacao-do-magisterio-nacional-o-inep-mec-dos-anos-1950-1960>
- Daros, M. D; Rosa, F. T. da, & Oliveira G. F. S. (2020). Intelectuais pela leitura de textos jornalísticos: a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (1953-1969). *Revista Vernáculo*. 46 (2020, segundo semestre), 74-89.
- Scheibe, L. (1983). A formação pedagógica do professor licenciado-contexto histórico. *Perspectiva*. 1(1), 31-45.
- Teixeira, A. (1969). Escolas de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 51(114), 239-259.
- Teixeira, A. (1958). A administração pública Brasileira e a educação. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. 3, 23-37.
- Universidade Federal De Santa Catarina (1970). Documentos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) 1961-1970. Arquivo. Cópia da carteira de registro de professor.
- Xavier, L. N. (2008). Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950/1960. In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (orgs.). Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960. Brasília: INEP/MEC, 127-142. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/por-uma-politica-de-formacao-do-magisterio-nacional-o-inep-mec-dos-anos-1950-1960>

Recebido: 9 de março de 2023 | **Aceito:** 4 de setembro de 2023 | **Publicado:** 21 de dezembro de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.